

REGIMES MILITARES MARXISTAS AFRICANOS, ASCENSÃO E QUEDA: CONDICIONANTES INTERNOS E DIMENSÕES INTERNACIONAIS

Paulo Gilberto Fagundes Visentini¹

Introdução

A dimensão histórica é utilizada de forma limitada ou seletiva na análise das relações internacionais contemporâneas, sendo necessário desenvolvê-la. Resgatar a temática e o período dos anos 1970-1980 significa, portanto, tanto uma questão histórica como teórica. As relações internacionais, como área dominada pela ciência política, tem sido um campo de estudos marcado por teorizações pouco embasadas empiricamente e de caráter instrumental. Sem a construção do Estado, de elites dirigentes e das transformações sociais promovidas por processos revolucionários, a situação de Angola, Moçambique e Etiópia, por exemplo, não teriam permitido seu atual protagonismo internacional.

Halliday (1983) observa que durante os anos 1970 ocorreram quatorze revoluções no Terceiro Mundo. Mas a elas podem ser acrescentadas as transições negociadas à independência e, paradoxalmente, *Golpes Militares* liderados pela baixa e média oficialidade, que implicaram numa *mudança radical de regime político*, dando origem aos *Regimes Militares Marxistas Africanos* (Markakis e Waller 1986; *The Journal of Communist Studies* 1992). Nesse caso, o número ultrapassa duas dezenas entre 1968 e 1983. As Revoluções e os Regimes Revolucionários então implantados tiveram expressivo impacto regional, gerando tendências e contratendências, bem como violentos conflitos internacionalizados e guerras civis.

1 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: paulovi@ufrgs.br

Ao longo de estudos anteriores, além das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, identificou-se um elemento inovador, os *Golpes Militares de novo tipo*, que introduziram *regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas*. É o caso da Somália (1969) e da Etiópia (1974), o caso mais emblemático, mas também de quatro países francófonos: Congo-Brazzaville (1968), Doamey/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983). As originais e polêmicas experiências revolucionárias aqui propostas para reflexão, os *Regimes Militares Marxistas*, são diferentes dos primeiros Estados regidos pelo chamado “Socialismo Africano” logo após a independência, na passagem dos anos 1950 aos 1960: Gana (1957), Guiné (1958), Mali (1960), Tanzânia (1961), Zâmbia (1964) e Argélia (1962).

Processos e Regimes Revolucionários e seu impacto internacional

Para fins teóricos e metodológicos desse estudo, revolução significa uma mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas.

Além das revoluções burguesas, das revoluções democrático-burguesas (com participação ativa da população) e das revoluções socialistas propriamente ditas, durante a segunda metade do século XX, desenvolveram-se as revoluções democrático-populares, especialmente em países periféricos. Trata-se das revoluções de libertação nacional, das democráticas, das anti-imperialistas e das “antifeudais” do Terceiro Mundo, geralmente ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Nelas, os elementos deflagradores foram revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e lutas de guerrilha como as teorizadas na China, Vietnã, Cuba e África lusófona com Amílcar Cabral (Silva 2004). Nelas, havia uma aliança entre segmentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do operariado.

As teorias da revolução e do socialismo ainda estão fortemente centradas nos casos europeus, sendo limitados o conhecimento e a reflexão sobre as experiências do Terceiro Mundo, em geral mais recentes e menos documentadas. Comumente, insiste-se em que os países periféricos “não estariam preparados” para a Revolução e para o socialismo, segundo uma interpretação restritiva. Ocorre que, durante a fase do imperialismo europeu, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado. É importante ressaltar que a dimensão internacional, já significativa nas revoluções clássicas, se torna ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada pelo capitalismo na periferia (Davis 1985).

As Revoluções possuem duas acepções: a primeira, mais restrita, se refere à conquista do poder político, através da conquista do Estado; a segunda consiste no emprego da primeira para desencadear um processo mais demorado de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas. Na concepção filosófica e estratégica marxista as duas foram reunidas em uma única concepção. Para fins teóricos e metodológicos deste estudo, Revolução significa uma mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico.

O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis. No caso que aqui nos interessa, a formação dos *Regimes Militares Marxistas Africanos*, o fato de terem sua origem em Golpes de Estado geralmente deflagrados por militares de patente média e baixa (de Capitão para baixo) não invalida, portanto, o conceito. Tampouco faz diferença que os jovens e radicais militares desconhecem o marxismo, pois, assim como muitos grupos de esquerda se afastaram das transformações revolucionárias após chegarem ao poder, diversos grupos “conservadores” ou apenas nacionalistas enveredaram para o marxismo e mudanças revolucionárias após chegar ao poder.

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. “As Revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos”, como lembra Fred Halliday

(2007, 148). Neste sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias. Normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas ou são delas resultantes.

O lugar dos Regimes Militares Marxistas Africanos nas Revoluções do século XX

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A segunda, decorrente dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia.

A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Indochinesa fazem parte dessa fase. As revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século XX ocorreram “na periferia do centro”; as potências capitalistas industriais, o centro do sistema, entraram em conflito aberto nas Guerras Mundiais. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico afetado pela gigantesca confrontação e transformação.

Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iiemenita e as africanas dos anos 1970 (Angola, Moçambique e Etiópia). Elas ocorreram na segunda metade do século XX “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad 2007; Davis 1985).

Diferentemente de Angola e Moçambique, casos em que o componente marxista estava associado a *Movimentos de Libertação Nacional*, os da Etiópia e Somália, bem como dos quatro Estados Francófonos, tiveram

Revoluções/Regimes Militares Marxistas após mais de uma década de independência. A Etiópia nunca chegou a ser uma colônia e a Somália reuniu dois territórios coloniais, não havendo um elemento estrutural de dependência externa. A Etiópia tinha um Estado Imperial prévio (embora arcaico), diferente dos demais que recém lutavam para edificar um, mas nenhum dos seis países formara a Nação e edificara instituições estáveis (Visentini; Ribeiro e Pereira 2012).

Os regimes neocoloniais, copiados das metrópoles, se mostraram tremendamente instáveis e logo sucedidos por golpes militares de tipo tradicional, que tampouco conseguiam manter a coesão interna e o desenvolvimento econômico. Já a tentativa temperada dos regimes populistas chamados de “Socialismo Africano” de Gana, Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia, igualmente fracassaram, derrubadas por golpes de Estado ou derivando para regimes autoritários personalistas. Na esteira de seu fracasso, se abriu espaço para tendências do “Marxismo Africano”, impulsionadas por intelectuais, estudantes e sindicalistas, face ao insucesso das duas vias anteriores. Todavia, o ator por excelência nesse processo foi um segmento do Estado, as Forças Armadas, que se impuseram através de Golpes de Estado na Somália (1969), Etiópia (1974), Congo-Brazzaville (1968), Daomey/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983) (Markakis 1986).

Os militares, que não tinham influência marxista, admiravam a performance da União Soviética e de Cuba, bem como as ferramentas socialistas utilizadas na centralização do Estado, construção da nação, soberania via defesa militar e desenvolvimento econômico-social. Encontraram nos pequenos grupos marxistas civis (influenciados pelo PCF e CGT, no caso dos francófonos) interlocutores e aliados importantes, mas, também, desafiantes. Esses grupos foram gradualmente absorvidos ou dispersados em sua maior parte, mas seu programa foi incorporado pelos militares, que tinham organização e instrumentos de poder para implementá-los. O marxismo se fundiu com o nacionalismo nesses regimes, na tentativa de superação da fragmentação nacional, apatia política, atraso socioeconômico e subserviência internacional (Hughes 1992).

É nossa hipótese central que tais processos tiveram raízes autóctones e que a ligação com o campo soviético foi um elemento instrumental posterior (embora indispensável), sendo o interesse de Moscou limitado, exceto na Etiópia, por motivos geopolíticos. As razões são enumeradas abaixo, mas o *ethos* militar encontrou no socialismo de corte marxista-leninista elementos que lhe eram familiares (centralização, disciplina) e úteis para a realização do programa que se propunham a executar. O exército, por sua vez, era uma

das poucas instituições realmente nacionais em termos de extração regional e social. Também se observa que a fragmentação interna não dizia respeito tanto a elementos tribais ou culturais, como insiste certa historiografia, mas com a distribuição de recursos e de poder do Estado para as diferentes regiões, grupos e atividades econômicas.

Muitos êxitos foram logrados nos campos social, político, educacional, saúde, emancipação da mulher e, mais limitadamente, econômicos. As dificuldades internas, as pressões econômicas externas e a mudança no grau de comprometimento soviético dificultaram a performance de tais regimes. Em meados dos anos 1980 eles tiveram de adotar reformas econômicas liberais (recorrendo ao FMI) e, quando Gorbachov chegou ao poder na URSS, também políticas. O fim da Guerra Fria deixou-os órfãos em termos ideológicos, políticos e de apoio externo. Todavia, a ajuda cubana foi diferente da soviética e deve ser considerada separadamente. Segundo Margot Light (*The Journal* 1992), Moscou sentiu o peso do envolvimento num cenário estrategicamente secundário como a África e se ressentia das fortes limitações do que seus acadêmicos denominaram como *Estado de Orientação Socialista* ou *Via Não-Capitalista de Desenvolvimento*. Sobre o legado de tais regimes, curiosamente se pode observar que seus dirigentes e partidos seguiram no poder ou, posteriormente, a ele retornaram por via eleitoral (Ver adiante).

Em que medida as revoluções e regimes socialistas se apoiavam no marxismo?

Uma questão relevante é por que os militares africanos que chegaram ao poder através de um Golpe de Estado na década de 1970 adotaram referências marxistas-leninistas. O marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista, segundo Clapham (1996). A Etiópia, por exemplo, era um antigo império, com estruturas feudais, dominada pela Igreja Ortodoxa, que havia passado por um período de expansão, o qual a levou a controlar um território bastante amplo e com grandes diversidades étnicas.

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma *doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder*. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais – que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas

e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar –, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao *status quo* vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças. No caso dos *Regimes Militares Marxistas*, que chegavam ao poder através de um *Coup d'État*, “a usurpação do poder requer legitimidade através de uma alternativa crível ao regime derrubado. (...) Os soldados radicais compartilhavam a ilusão de que o socialismo poderia ser alcançado rapidamente e por decreto” (Markakis 1986, 4). Mais que isso, era necessário ocupar o espaço da extrema-esquerda civil, aliada que desafiava os novos detentores do poder.

Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma *doutrina de desenvolvimento*. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização.

Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a *construção da nação*, fosse ela *unitária ou multiétnica*, e a *construção do Estado*. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário organizar um aparato capaz de dar conta da gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma *ideologia de controle estatal*.

Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como *fonte de apoio internacional* em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos milita-

res, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, ficou geralmente restrita ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro. Com relação a esse quesito, Arnold Hughes (1992) acrescenta que ele representa, igualmente, uma *garantia de soberania nacional*.

Hughes, acrescenta, ainda, outros três elementos adicionais que têm conexão com a cultura política africana. O Marxismo era percebido como uma *ideologia superior*, como uma alternativa ao capitalismo Ocidental e ao Socialismo Africano, considerados nos anos 1970 como projetos inoperantes para o continente. Através do marxismo os grupos dirigentes se sentiam parte da modernidade socialista mundial, pois ele trazia um sentimento de segurança através de um discurso ideológico que permitia identificar os problemas e formular políticas e estratégias para solucioná-los.

Para os militares radicais africanos o marxismo, além de ser uma estratégia racional, também teria as propriedades de um “*amuleto político*”, com “um charme quase mágico para prevenir as doenças políticas como o neocolonialismo e a subdesenvolvimento” (Hughes). Segundo Zolberg (apud Hughes 1992, 13), o Planejamento não era apenas um instrumento objetivo, “mas também *símbolos* de racionalidade, controle e ordem. A ideologia política se torna um encantamento que, genuinamente, transforma a realidade, e mesmo que nada aconteça, mudando a visão dos homens sobre isso”. Para ele, o “amuleto” capacitaria as elites inteligentes a controlar o futuro.

Por fim, especialmente para as classes médias o regime marxista representava uma possibilidade de *autopromoção social*. O Estado constituía o principal provedor de empregos formais e o modelo de desenvolvimento socializante ampliava enormemente os postos de trabalho nesse setor. Mas não se tratava apenas de ganhos econômicos, pois amplos segmentos da juventude e da classe média acreditavam que a opção marxista oferecia a esperança de um futuro melhor. Ao remover grande parte das elites vinculadas ao ex-colonizador, o regime abria espaço para a ascensão social e política de novos atores.

Regimes Militares Marxistas Africanos: dimensões domésticas e internacionais

A descolonização da África no início dos anos 1960 propiciou a instalação de regimes neocoloniais que copiavam as instituições das ex-metrópoles, mas deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. O resultado foi a radicalização dos movimentos de libertação nacional através de guerrilhas apoiadas pelos países socialistas e, após o colapso do Império português, uma longa guerra civil e convencional regional na África Austral. Essa guerra teve ativa participação da África do Sul, de Cuba e da URSS, que se prolongou de 1975 a 1992.

Na Somália e na Etiópia golpes militares, em 1969 e em 1974, respectivamente, evoluíram para Regimes Militares Marxistas de orientação socialista, o que não impediu a eclosão de uma Guerra entre ambos Estados em 1977-78. Na Somália, o conflito complicou a estratégia de transformação socialista, mas na Etiópia ocorreu o contrário, com o aprofundamento da mesma. Paralelamente, o Congo-Brazzaville, o Benim, Madagascar e Alto Volta (Burkina Faso), quatro ex-colônias francesas, ocorreram golpes militares que enveredaram pelo mesmo caminho. E esses seis países, com suas trajetórias insólitas, constituem os estudos de caso aqui propostos.

A República Socialista da Etiópia

A Etiópia está localizada no Chifre da África (nordeste) e sua geografia sempre foi um elemento importante. Muitas regiões do país eram inacessíveis, dificultando o controle central, permitindo que centros provinciais ou locais de autoridade dominassem o campesinato local. A superfície do país era de 1.2 milhões de km² e a população de 45 milhões de habitantes em 1985. Com a separação da Eritreia, em 1993, atualmente a superfície é de 1.1 milhões de km². A história da Etiópia tem uma continuidade de mais de três milênios, passando por grandes impérios antigos e tendo mantido o Império cristão da Abissínia. Resistiu isolado ao islã, que controlou o litoral, e aos colonizadores europeus (único país não dominado na África).

Castigado pela miséria, seca, arcaísmo sociopolítico feudal e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia, o regime não resistiu. O velho imperador pró-americano Haile Selassie foi derrubado em 1974 por um golpe militar, quando havia grandes protestos populares urbanos e revoltas rurais. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam

a existência do novo regime. Este, enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, ligava-se cada vez mais ao programa das correntes de esquerda civil (que o apoiavam criticamente) e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população nos *Kebeles* (Comitês de Defesa da Revolução), rompia com os Estados Unidos e enfrentava os movimentos de oposição (Schwab 1985).

Em 1977, ascendeu à direção do DERG o coronel Mengistu Haile Marian. Enquanto definia-se pelo socialismo, as rebeliões da extrema-esquerda (PRPE e Meison), dos separatistas ou autonomistas e dos contrarrevolucionários conservadores agitavam quase todas as províncias e a Somália atacou a Etiópia, em apoio à guerrilha somali em Ogaden. O país estava às bordas da desintegração e o *Terror Branco* foi combatido pelo *Terror Vermelho*. A própria hierarquia superior do exército, moldada pela monarquia, foi duramente expurgada. Milícias camponesas foram incorporadas ao novo *Exército Vermelho*.

A invasão somali fora encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos, enquanto URSS e Cuba acolhiam o pedido de auxílio de Mengistu. Fidel Castro visitou os dois países em litígio, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação, mas esbarrou com a negativa somali, que expulsou todos assessores soviéticos do país (LeoGrande 1980). Nesse momento, Moscou montou uma ponte aérea, enviando armas, assessores soviéticos e alemães orientais, além de dez mil soldados cubanos. A guerra de 1977-78 encerrou-se com a vitória da Etiópia, que consolidou seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos Estados Unidos e às petromonarquias árabes.

Mas as guerras contra os eritreus (também marxistas), os somalis e os separatistas/autonomistas (alguns conservadores e outros marxistas) continuaram consumindo os escassos recursos do país. Apesar dos conselhos soviéticos de implantação de um partido de massas (protelado até a consolidação do regime) e da adoção de uma estrutura federal, Mengistu manteve sua recusa e autonomia. Não foram “peões” da Guerra Fria. Em 1984-5 uma nova seca produziu fome generalizada, com refugiados que o governo retirava das áreas de conflito no Norte e instalava em cooperativas no Sul. Ainda assim, a reforma agrária e a reforma urbana mudaram radicalmente o perfil socioeconômico da nação e a saúde pública teve um significativo desenvolvimento. Mas o mais importante foi a campanha educacional, que alfabetizou a grande maioria da população, recebendo um prêmio da UNESCO (Clapham 1996).

As dificuldades aumentaram com a chegada de Gorbachov ao poder e à gradual redução da ajuda soviética. Em 1988-89 o debilitado Exército

Vermelho sofreu derrotas na Eritreia e na província do Tigre frente aos insurgentes marxistas (os do Tigre se declaravam “de linha albanesa”). Os dois grupos se associaram numa frente e, com o beneplácito norte-americano, foram autorizados a conquistar o poder, após uma conversão formal ao liberalismo político e econômico. Em 1991 avançaram para a capital e o regime caiu, com a fuga de Mengistu para o Zimbábue (Hughes 1992). Em 1993 a Eritreia se tornou independente e, apesar de uma guerra de fronteira entre os dois ex-aliados, as estruturas de poder de ambos pouco mudaram. A Etiópia se tornou uma potência regional e, com apoio chinês, desenvolveu sua economia, deixando de ser o país da fome.

República Democrática da Somália

A Somália é um país desértico de 637 mil km², localizado em posição estratégica no Chifre da África, frente à península arábica. A zona oriental do seu território foi colônia italiana, enquanto a setentrional foi possessão inglesa, mas grande parte do povo somali vive na Etiópia (região de Ogaden), no Quênia e em Djibuti, em uma extensão quase equivalente à superfície do país independente (que em 1983 tinha 6,3 milhões de habitantes). Independente em 1960 com a reunião das ex-Somálias britânica e italiana, o novo Estado possuía um regime instável e incompetente.

Em 21 de outubro de 1969 o Major-General Mohamed Siad Bare liderou um Golpe de Estado Militar quase sem derramamento de sangue e implantou o Conselho Revolucionário Supremo. A composição do órgão dirigente era de 25 militares acima da patente de capitão e 6 chefes da polícia, que onde estavam representados os clãs e regiões, e se tratavam por *Jaalle* (Camarada). O Gabinete incluía vários civis da *intelligentsia*, graduados na Itália e na URSS. Formalmente o regime buscava legitimação no combate à corrupção, ao nepotismo, ao suborno, ao roubo, e, também, criticava o sistema de clãs. Muitos oficiais tinham formação no exterior, especialmente no Egito de Nasser, e vários deles foram colocados na administração para vigiar os civis (Ottaway 1982).

Em maio de 1970 o regime nacionalizou os bancos, distribuidoras de petróleo, produtoras de energia e de açúcar (quase todas estrangeiras) e, em outubro, proclamou a adesão ao “socialismo científico”, e “não árabe, africano ou islâmico”. Ele precisava produzir uma alternativa crível ao regime deposto e, de fato, a maioria de seus membros acreditava que esse era o caminho para o desenvolvimento e a soberania. Em 1976 foi criado o Partido Socialista Revolucionário, e em 1979 o país passou a se chamar República Democrática da Somália. Todavia, numa sociedade caracterizada pelo predomínio do

analfabetismo e do nomadismo, os intelectuais tenham tido que buscar um conceito equivalente, *Handiwadaag* (“compartilhar a riqueza”).

Em meio a um clima de excitação popular, canções e poemas socialistas eram difundidos aos iletrados. Foi adotado o alfabeto latino, uma língua nacional somali (que era ágrafa) e enviadas brigadas de alfabetização a todo o país. Comitês políticos locais vigiavam a burocracia tradicional e foram desencadeadas campanhas contra o tribalismo, a corrupção, a preguiça e a boataria e em favor da higiene, do socialismo científico e da igualdade de sexo (Markakis 1992). A grande seca de 1972-74 provocou 20 mil mortes, a perda de um terço dos rebanhos e 250 mil refugiados. Metade deles foi sedentarizada ou tornada pescadores através de programas governamentais.

Entre 1970 e 1978 a Somália se aproximou do campo soviético e de Cuba, recebendo assistência técnica, ajuda militar e apoio diplomático. A Somália encontrava um apoio e um modelo, enquanto a URSS encontrava um aliado geopolítico frente à Etiópia pró-EUA, quando estava perdendo a influência no Egito. Como consequência, Washington se opôs ao regime e o *Peace Corps* foi expulso do país, mas Barre nunca chegou a confrontar as petromonarquias, da qual também recebia certo apoio financeiro ao seu miserável país. A implantação de instituições e práticas políticas e sociais socialistas marxistas-leninistas foi intensa, juntamente com a montagem de um exército moderno. Todavia, a história preparava mais uma de suas ironias (Coker 1985).

Em 1974 a monarquia etíope foi derrubada por militares, como visto acima, seguindo-se um período confuso de lutas internas e guerrilhas separatistas. Uma delas era a Frente de Libertação da Somália Ocidental, da região de Ogaden, que contava com o apoio da Somália, e em abril de 1976 atacou o exército etíope. Tanto os soviéticos como o próprio Fidel Castro visitaram a Somália, a Etiópia e a Eritréia buscando impedir o conflito entre três nações de regime marxista e propondo uma federação socialista. Mas o nacionalismo falou mais alto e todos rejeitaram a mediação e a proposta. Seguiu-se a invasão somali em apoio aos guerrilheiros e a guerra de 1977-78, na qual os etíopes foram salvos pela ponte aérea de armamentos soviéticos e o envio de 10 mil combatentes cubanos.

Barre rompeu com Cuba e denunciou o acordo militar com a URSS, que formara seu exército, mas quase não obteve ajuda americana ou das petromonarquias árabes como compensação. Os efeitos da guerra (mais de meio milhão de refugiados, com seus rebanhos), de uma nova seca, crescente oposição e tentativas de golpe, bem como aumento do petróleo e alimentos no mercado mundial, geraram uma séria crise. Curiosamente, apesar de ter que recorrer ao FMI nos anos 1980 e ser pressionado pelo Ocidente e

pelos árabes para renunciar à sua “via socialista”, o regime não cedeu. Mas frente às dificuldades internas e às mudanças mundiais do final da década, Barre deixou o poder em janeiro de 1991. A tentação nacionalista de criar uma “Grande Somália” destruiu regime e deixou o país dividido entre 14 “Senhores da Guerra”, mergulhado no terrorismo e sofrendo intervenções internacionais há quase três décadas. Nenhum regime sucedeu ao socialismo somali (Harper 2012).

República Popular do Congo

A República do Congo (Congo Brazzaville) é um dos países africanos mais urbanizados (61%) e uma população de 1,8 milhões em 1986. Obteve a independência em agosto de 1960. As disputas entre grupos rivais eclodiram no governo do primeiro presidente, Fulbert Youlou, de características neo-coloniais. Revoltas populares justificaram a tomada do poder por parte dos militares, que estabeleceram um governo provisório liderado por Alphonse Massamba-Débat. Após ser eleito, em 1963, estabeleceu um regime chamado de “socialismo-científico” (marxista-leninista), com a adoção de planos quinquenais e aproximação da URSS, da China, da Coreia do Norte e do Vietnã do Norte. O Congo se tornou a primeira república popular e socialista da África. Entretanto, com a incapacidade de conciliar diferentes facções políticas internas, e com atrito crescente entre governo e exército, em 1968 o Major Marien Ngouabi realiza um novo golpe de Estado e assume o poder, sem, contudo, desviar do caminho socialista – proclamando o Congo como primeira república popular da África, baseada no Partido Congolês do Trabalho. O nome do país foi mudado para República Popular do Congo (Radu 1989).

A política congoleza continuou instável. Houve o assassinato de Marien Ngouabi, em 1977, e novo golpe levou ao poder Denis Sassou Nguesso em 1979 (até 1992). Mantendo a linha socialista que havia sido adotada desde a independência, Sassou Nguesso se alinhou com o bloco Soviético até o fim da Guerra Fria. Com a queda do bloco socialista, Nguesso começou um processo de abertura, com o Partido Congolês do Trabalho flexibilizando o perfil socialista e adotando o multipartidarismo no país em 1990. Nguesso voltou ao poder numa guerra civil em 1997 e foi eleito presidente em 2002.

Durante a Guerra Fria, o Congo adotava uma postura de caráter socialista, mantendo extensas relações com o bloco socialista e a União Soviética. A presença cubana foi importante no país e, a partir dele, foi prestado importante apoio aos revolucionários do MPLA de Angola. Cercado por dois Estados neocoloniais e pró-franceses, o Gabão e o Zaire, o pequeno país viveu sob a intensa pressão.

República Popular do Benin

O pequeno Benin possuía uma população de 4 milhões de habitantes em 1986, 40% urbanos, e se tornou independente da França em agosto de 1960. O primeiro presidente do então Daomé, Hubert Maga, foi deposto três anos mais tarde, iniciando uma época de instabilidade, com a sucessão de seis golpes militares. Em 1972, um novo golpe levou jovens militares ao poder e em 1974 o país adotou a ideologia marxista-leninista, sob a liderança de Mathieu Kérékou. Seu governo durou até 1990. Nesse período, empresas privadas foram estatizadas e programas populares foram implementados. O regime instituiu como partido único o Partido Revolucionário do Povo do Benin (PRPB). Em 1975, o país foi rebatizado como República Popular do Benin, permanecendo sob essa denominação até 1990 (Allen 1989).

A adoção do marxismo-leninismo foi acompanhada pela construção do Estado, da nação e de organizações de massa, apoiado pelo nacionalismo de esquerda de segmentos da população urbana. Esforços foram feitos na área da educação e da saúde, com alguns avanços, bem como tentativas de introduzir novas formas de propriedade rural cooperativa e modernização para exportação e autossuficiência alimentar. Mas a política clientelista prosseguiu e a gestão político-econômica deixou a desejar, enquanto o apoio dos países socialistas também não era substancial. As relações com a Nigéria eram importantes, mas sujeitas às constantes trocas de governo no poderoso vizinho.

A implantação do socialismo produziu vários conflitos: uma invasão de mercenários em 1977, financiados pela França, Marrocos e Gabão, que foi vencida pelo exército e pelas milícias do PRPB, além de várias tentativas de golpe de Estado com apoio externo. Em 1980, foi instituído o voto direto para a Assembleia Popular e adotada uma diplomacia mais pragmática, sendo restabelecidos os contatos com a França. Mas, apesar da descoberta de petróleo, gerando autossuficiência, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a desertificação geraram uma grave crise de abastecimento e o pedido de ajuda internacional em 1984. Para piorar a situação, a Nigéria expulsou milhares de trabalhadores estrangeiros, devido à queda do preço do petróleo, o que afetou as remessas, aumentou o desemprego e reduziu as atividades do porto de Cotonou.

Face à situação econômica, o regime entrou em crise na década de 1980, quando o Benin recorreu a empréstimos estrangeiros. Em 1989, uma revolta obrigou Kérékou a realizar uma abertura política e econômica. Na conferência Nacional de Cotonou, em 1990, a ideologia marxista foi abolida e voltou-se a utilizar a antiga bandeira e retornou-se ao sistema multipartidário.

Com a instituição do pluripartidarismo, em 1991 ocorreram eleições, mas o ex-presidente Kérékou retornou à presidência nas eleições de 1996 e 2001.

República Democrática Malgaxe

Madagascar tinha uma população de 10 milhões em 1986, durante a fase marxista. A ilha está dividida etnicamente, com o Oeste povoado por africanos e o Leste por malaio-indonésios e a população urbana era de apenas 21% da população. Em 1883 a França invadiu Madagascar, convertendo-a em colônia. Em 1942, durante a II Guerra Mundial, os anglo-americanos ocuparam-na e recebeu o status de autogoverno em 1946, mas a França não reconheceu o nacionalista Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM). Houve um levante geral em 1947 e a repressão massiva dos franceses causou 80 mil mortes, mas em 1960 ficou independente sob a presidência de Philibert Tsiranana, que manteve um regime parlamentarista e neocolonial.

Ocorreram distúrbios em 1972, os quais conduziram à destituição do governo e à implantação de um regime militar (liderado pelo Gen. Ramanantsoa) e a retirada das tropas francesas no ano seguinte. A instabilidade perdurou até 1975, quando o Capitão de Fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um regime de orientação socialista, apoiado por uma coalizão de partidos, a Frente Nacional da Revolução. Ratsiraka redigiu e submeteu a plebiscito o *Livro Vermelho*, uma espécie de Carta da Revolução Socialista, que deu origem à nova Constituição em dezembro e a nação passou a ser denominada República Democrática Malgaxe. As bases francesas foram fechadas, bem como uma estação da NASA. Os partidos que apoiaram a Revolução formaram a Frente Nacional da Revolução (com grupos que iam do marxismo-leninismo à democracia cristã), onde a Vanguarda da Revolução Malgaxe, de Ratsiraka, era dominante, com 11 dos 19 assentos no Conselho Supremo da Revolução (Covell 1987).

Na política externa, praticou um não alinhamento ativo, condenando o *Apartheid* e defendendo a desmilitarização do Oceano Índico. Em 1982, fez uma grande aquisição de armamentos soviéticos, especialmente caças MIG-21, pois temia por ações de desestabilização, como as que a África do Sul desencadeou contra Comores e Seychelles. O país, aliás, é cercado por ilhas em que se encontram bases francesas: Reunião e Mayotte. A cooperação com os países socialistas foi importante, especialmente em áreas técnicas, políticas e militares, mas menores no plano econômico, o que obrigou a nação a manter contatos com o Ocidente.

Houve avanços na indústria e foi implantada uma ampla reforma agrária, criando-se as *focolononas*, semelhantes às vilas *Ujamaa* da Tanzânia, e importantes investimentos em saúde e educação. Mas a crise econômica dos anos 1980, com a queda dos preços das *commodities*, obrigou o país a recorrer ao FMI e a retomar os laços comerciais com a França, bem como a adoção de políticas de austeridade, gerando distúrbios. Grupos de extrema-esquerda, não participantes da FNR, bem como o conservador Conselho das Igrejas Cristãs entraram em choque com a polícia, que decretou toque de recolher. Com apoio da FNR e dos militares a crise política foi superada e o presidente venceu as eleições de 1983 com 80% dos votos, em 1989 ele foi reeleito, com 67% dos votos.

Mas, desde meados dos anos 1980, Ratsiraka teve de adotar reformas econômicas que se afastavam da orientação socialista e, no final da década, medidas de liberalização política. Em 1991, frente a movimentos de protesto, ele renunciou. A vitória eleitoral da oposição, em 1992, consolidou a adoção de uma economia de mercado no empobrecido e isolado país, mas em 1997 Ratsiraka voltaria ao poder por via eleitoral.

República Popular Democrática de Burkina Faso

O Alto Volta, ex-colônia francesa, foi um instável e impopular regime neocolonial desde a independência em 1960, que tinha de fazer frente à pobreza, agravada pela grande seca do Sahel no início dos anos 1980. Sua população era de 6,7 milhões de habitantes em 1986. País pobre, sem saída para o mar e vítima da seca, viveu uma sucessão de golpes militares desde que o primeiro presidente (neocolonial) foi derrubado em 1966. Os governos militares golpistas foram marcados por uma clivagem entre os altos escalões, ligados às elites econômicas, e os jovens oficiais, que criticavam a corrupção e a incompetência. Em janeiro de 1983, o capitão Thomas Sankara foi nomeado primeiro ministro e, baseado em sua experiência como ex-comandante de uma guarnição no interior, criou brigadas em que militares auxiliavam os camponeses (Baxter 1989).

Isso lhe valeu a demissão em maio, mas em agosto, à frente de um grupo de jovens oficiais, conquistou o poder através de um golpe militar. O popular Sankara proclamou um regime socialista de perfil marxista-leninista, que realizou uma reforma agrária e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução por todo o país, seguindo o modelo cubano. Em 1984, alterou o nome do país para Burkina Faso, uma composição de termos que, nas línguas locais, significa “Pátria de homens dignos”. O que chama atenção

é a adoção explícita do modelo cubano como referência explícita (Otayek e Sankara in Markakis 1986).

No plano diplomático, aproximou-se da Líbia, da URSS, de Cuba, de Benin, da R. P. do Congo e de Gana, então governada pelo militar nacionalista de esquerda Jerry Rawlings. A mobilização popular e o entusiasmo eram intensos, mas em outubro 1987, Sankara (que retornava da Líbia com apoio financeiro) foi derrubado e fuzilado pelo Capitão Blaise Campaoré, o número dois do regime. As rivalidades entre os militares, o radicalismo e apoio popular à revolução e a política francesa, certamente, estavam por trás do golpe. Campaoré, de início, deu certa continuidade a políticas de seu antecessor. Mais tarde, num contexto de dificuldades econômicas, ele buscou a ajuda dos organismos financeiros internacionais e derivou para o liberalismo econômico, mantendo um regime autoritário e um discurso populista. Apesar da curta duração do governo, a mobilização social e as realizações foram intensas.

Conclusões

A análise das experiências acima permite enumerar breves conclusões. Em primeiro lugar, as originais Revoluções Africanas constituem eventos da África pós-colonial, resultantes da implantação de Regimes Militares Marxistas podem ser consideradas *Revoluções*, apesar de terem sido implantadas por via de Golpes de Estado por militares sem iniciação no marxismo. Em segundo, a motivação para a adoção de tais regimes se baseia, primordialmente, no âmbito doméstico e africano e não em alianças da Guerra Fria e fatores geopolíticos. Em terceiro lugar, esses originais e insólitos processos revolucionários não foram hiatos na história dos respectivos países, mas um momento importante da construção do Estado e da nação, que deixaram um legado importante. Por fim, representam uma tentativa de superar as limitações e insucessos da fase anterior do chamado *Socialismo Africano* (não marxista).

REFERÊNCIAS

- Allen, Chris. 1989. *Benin: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Azicri, Max. 1988. *Cuba: politics, economics and society*. Londres/Nova York: Pinter Publishers. (Marxist Regimes).
- Baxter, Jean. 1989. *Burkina Faso: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Brown, Archie (Ed.). 2004. *The demise of marxism-leninism in Russia*. Londres: Palgrave/McMillan.
- Cabral, Amílcar. 1980. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Covell, Maureen. 1987. *Madagascar: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Chaliand, Gerard. 1982. *A luta pela África. estratégia das potências*. São Paulo: Brasiliense.
- Chazan, Naomi; Mortimer, Robert; Ravenhill, John; e Rotchild, Donald. 1992. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the international system: the politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coker, Christopher. 1985. *NATO, The Warsaw Pact and Africa*. New York: St. Martin's Press.
- Copson, Raymond. 2007. *The United States and Africa*. Londres: Zed Books.
- Davidson, Basil. 1979. *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: Caminho.
- Dunbabin, J. P. D. 1994. *The post-imperial age: the great powers and the wider world*. London and New York: Longman.
- Fearon, James D. 2007. *Economic Development, Insurgency and War*. Boston: Harvard University Press.
- Fontaine, André. 1967. *Histoire de la Guerre Froide (1917-1962)*. Paris: Fayard, (2 vols).
- _____. 1982. *Histoire de la "détente" (1962-1981)*. Paris: Fayard.
- _____. 1995. *Après eux, le Déluge: De Kaboul à Sarajevo 1979-1995*. Paris: Fayard.

- Glaser, Daryl; Walker, David (Ed.). 2007. *Twentieth-Century Marxism*. Londres/Nova York: McMillan.
- Gleijeses, Piero. 2003. *Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria. África do Sul: Galago Books*.
- Gorbachev, Mikhail. 1987. *Perestroika*. São Paulo: Best Seller
- Gilss, Barry, e QADIR, Shahid (Ed.). 1995. *Regimes in crisis. The post-soviet era and the implications for development*. Londres: Zed Books.
- Gromiko, Anatoli. (Ed.). 1983. *African countries' foreign policy*. Moscou: Progress Publishers.
- Halliday, Fred. 2007. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS.
- _____. 1990. *Revolutions and Foreign Policy. The case of South Yemen 1967-1987*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1982. *L'URSS et le Monde Árabe*. Paris: Le Sycomore.
- Halliday, Fred, e Molyneux, Maxine. 1981. *The Ethiopian Revolution*. Londres: Verso/ NLB.
- Harper, Mary. 2012. *Getting Somalia wrong?* Londres/Nova York: Zed Books.
- Hodder-Williams, Richard. 1984. *An introduction to the politics of Tropical Africa*. Londres: George Allen & Unwin.
- Hughes, Arnold (Ed.). 1992. "Marxism's retreat from Africa." *The Journal of Communism Studies*, Londres: Frank Cass.
- Higham, Robin; Kagan, Frederic (Ed.). 2010. *The military history of the Soviet Union*. Nova York: Palgrave McMillan.
- Hill, Ronald. 1988. *Soviet Union: politics, economics and society*. Londres/ Nova York: Pinter Publishers, (Marxist Regimes).
- Hobsbawm, Eric. 1983/1989. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 v.
- Kpacia, Antoni. 2008. *Cuba in revolution: a history since the fifties*. Londres: Reaktion Books.
- Keeran, Roger; Kenny, Thomas. 2004. *Socialism Betrayed: Behind the collapse of the Soviet Union*. Nova York: International Publishers.
- Kohn, H. e Sokolski, W. 1968. *El nacionalismo africano en el siglo XX*. Buenos Aires: Paidós.

- Lawson, George. 2011. Halliday's Revenge: Revolutions and International Relations. LSE (London School of Economics and Political Science) Research Online, julho.
- Legum, Colin, e Lee, Bill. 1979. The Horn of Africa in continuing crisis. Nova York/Londres: Africana Publishing Company.
- LeoGrande, William. 1980. Cuba's Policy in Africa, 1959-1980. Berkley: Institute of International Studies, University of California.
- Lévesque, Jacques. 1987. L'URSS et sa politique internationale de Lénine à Gorbatchev.. Paris: Armand Colin.
- Markakis, John (Ed.) 1986. Military marxists regimes in Africa. Londres: Frank Cass.
- McLellan, David. 2007. Marxism after Marx. Basingstoke/Nova York: Palgrave MacMillan.
- N'Krumah, Kwame. 1967. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1970. Class struggle in Africa. London: Panaf.
- Ottaway, Marina. 1982. Soviet and American influence in the Horn of Africa. Nova York: Praeger.
- Patnam, Robert. 1990. The Soviet Union in the Horn of Africa. Cambridge: Cambridge University Press.
- Radu, M; Sommerville, K. 1989. The Congo: politics, economics and society. Londres: Francis Pinter, (Marxist Regimes).
- Reno, William. Warfare in independent Africa. 2011. Cambridge: Cambridge University Press
- Schwab, Peter. 1985. Ethiopia: politics, economics and society. Londres: Francis Pinter, (Marxist Regimes).
- Schmidt, Elizabeth. 2013. From the Cold War to War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press.
- Taylor, Ian, e Williams, Paul (ed.). 2004. Africa in international politics. External involvement on the continent. Londres/Nova York: Routledge.
- Thompson, Willie. 1998. The communist movement since 1945. Oxford: Blackwell
- Torp, Jens. 1989. Mozambique: politics, economics and society. Londres/ Nova York: Pinter Publishers, (Marxist Regimes).
- Taylor, Ian. 2010. The International relations of Sub-Saharan África. 2010. Nova York/ Londres: Continuum.

- Turner, John W. 1998. *Continent Ablaze. The insurgency wars in Africa, 1960 to the present*. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers.
- Visentini, Paulo F. 2012. *Os países Africanos*. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS.
- _____. 2018. *Guia da Política Externa dos Estados Africanos*. Porto Alegre: Palmarinca/NERINT-UFRGS.
- _____. 2013. *A África e as potências emergentes: Nova partilha ou Cooperação Sul-Sul? A presença do Brasil, da China e da Índia*. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS.
- _____. 2012. *Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Visentini, Paulo; Pereira, Analúcia D.; Martins, José M.; Ribeiro, Luis D. e Gröhhmann, Luis G. 2013. *Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT-UFRGS.
- Visentini, P. G. F.; Ribeiro, Luís Dario; Pereira, Analucia D. 2014. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis: Vozes.

RESUMO

Ao lado das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, desenvolveu-se um elemento inovador, os *Golpes Militares de novo tipo*, que introduziram *regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas*. É o caso da Somália (1969) e da Etiópia (1974), o caso mais emblemático, mas também de quatro países francófonos: Congo-Brazzaville (1968), Daomey/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983), que estabeleceram Regimes ao longo das décadas de 1970 e 1980. As originais e polêmicas experiências revolucionárias aqui apresentadas, os *Regimes Militares Marxistas*, são diferentes dos primeiros Estados regidos pelo chamado “Socialismo Africano” logo após a independência, na passagem dos anos 1950 aos 1960: Gana (1957), Guiné (1958), Mali (1960), Tanzânia (1961), Zâmbia (1964) e Argélia (1962).

PALAVRAS-CHAVE

Golpes de Estado africanos; Regimes Militares africanos; Marxismo africano.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aceito em 19 de janeiro de 2020